



Clara Passaro\*

## Dos espaços de apropriação O Minhocão de São Cristóvão<sup>1</sup>

*Onde é aqui? (pesquisadora-antropóloga)  
Aqui é o Conjunto Mendes de Moraes. (passante-  
morador)*

*Ah, sim. Aqui é o Pedregulho. (pesquisadora-  
arquiteta)*

*Não, não. Pedregulho é aquele largo ali mais pra  
frente, tá vendo? Você sai pela saída de baixo e vira  
à direita... (passante)*

*Tá, entendi. Então, quando eu chego pro taxista e  
peço pra ele me trazer no Pedregulho ele me leva  
pro lugar errado, se eu peço pra ele me trazer no  
Conjunto Mendes de Moraes ele não vai saber...  
(pesquisadora)*

*Ah! Não. Mas você tem que falar pro taxista que  
está indo pro Minhocão. Olha lá de longe e aponta.  
Ele te traz direto aqui. Aí todo mundo conhece.  
(morador-passante)*

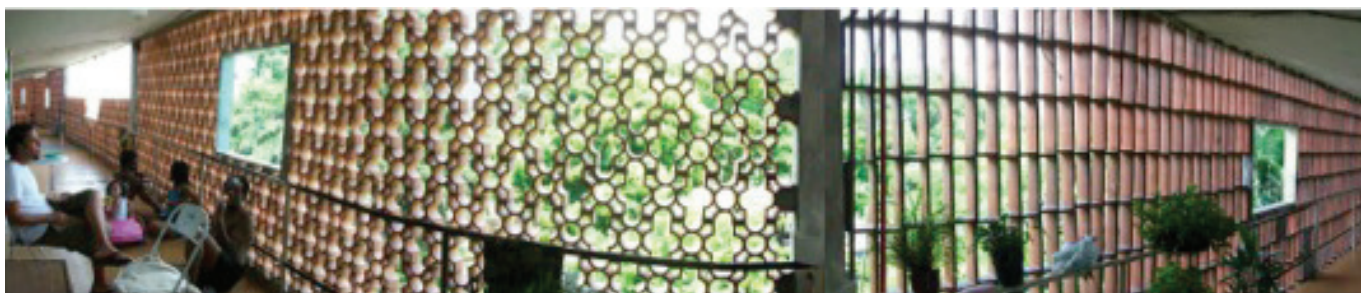
*Minhocão, então? (pesquisadora)*

*Isso, mas fala pra ele que é no Minhocão de São  
Cristóvão, perto da CADEG, porque senão ele  
te leva lá bem longe na Gávea, que tem outro  
Minhocão. (morador)*

*Você conhece esse outro minhocão? (pesquisadora-  
curiosa)*

*(Conversas de corredor durante a experiência de  
campo em janeiro de 2010).*

\* arquiteta e urbanista, mestre PPG Arquitetura e Urbanismo UFBA



*Corredor do Minhocão. À esquerda, os novos “cobogós” financiados pelos moradores, no lugar do modelo antigo. Foto da autora.*

## MINHOCÃO DE SÃO CRISTÓVÃO E MAIS OUTROS NOMES

O conjunto habitacional em estudo nesta pesquisa apresenta três nomes: Pedregulho, Conjunto Residencial Prefeito Mendes de Moraes e Minhocão de São Cristóvão. Os nomes são alcunhas, apelidos, rótulos. São como disfarces ou máscaras que podem esconder uma “verdadeira identificação”.<sup>2</sup> Esconder ou duvidar dela? Questioná-la. Afinal, estes três nomes coexistem. Por vezes, um se destaca e outro se esconde, em outros momentos é necessário dizer dois deles para, mais claramente, identificar o conjunto, outros casos não se usa nenhum e parte-se para uma expressão “lá onde eu moro”.

Nomear é separar. Dar um nome a algo/alguém é um “rito” de escolha e todo nome carrega em si este processo de separação. Assim, respeitando seus respectivos nomes, cada nome/capítulo<sup>3</sup> colocou seu traje, costume, fantasia e direcionou-se para o sentido de uma separação. Cada nome/capítulo vestiu-se de acordo com as exigências de seu título e “eu só quero mesmo é saber de mim”. Bela tentativa. Porém, seu êxito maior, e que corresponde ao investimento desta pesquisa, é perceber que as coisas não são lá bem assim: isoladas, imediatas, essenciais. Mas precisamos dessa simplificação,

certas vezes, para poder realizar e tentar abarcar a complexidade dos encontros.

**Pedregulho** é o nome próprio utilizado pelos estudiosos do movimento moderno para identificar esta obra de arquitetura. Foi escolhido porque o conjunto localiza-se nas proximidades do Largo do Pedregulho. É o primeiro nome. Veste-se. Affonso Eduardo Reidy (1909-1964) foi o arquiteto autor da obra arquitetônica e grande personalidade do Movimento Moderno no Rio de Janeiro. “Participou ativamente das duras lutas do período heróico de 1930”. (BRUAND, 1997, p. 223) O projeto do Conjunto Habitacional Pedregulho nasce como ícone mundial da arquitetura moderna, sendo a realização da utopia do movimento moderno, guarda para si esta “alcunha” e este reconhecimento para o resto de seus dias, mesmo antes de ser construído efetivamente, e mesmo depois de ter seu aspecto (des)configurado pelo uso, em aproximadamente cinquenta anos de existência.

O **Conjunto Residencial Prefeito Mendes de Moraes** (CRPMM) rememora o general Ângelo Mendes de Moraes,<sup>4</sup> prefeito da cidade do Rio de Janeiro nos anos de 1947 a 1951. Ele foi o administrador que mais investiu financeiramente na construção deste conjunto habitacional que leva o seu nome. O CRPMM existe principalmente no

papel, entre contratos, regulamentações e folhas de pagamento. Ele consta nas atas dos órgãos públicos e seu processo é determinado pelas gestões municipais, estaduais e federais através, principalmente, de decretos-lei.

CRPMM recorda a atuação do Estado dentro da produção de habitação para população de baixa renda que constrói o conjunto através do DHP,<sup>5</sup> caracterizado pela adoção do aluguel social e pela presença dos assistentes sociais como intermediadores entre o poder público e os moradores. Sua construção foi finalizada treze anos depois do projeto de 1947, durante o governo Lacerda,<sup>6</sup> e é ocupado. Seus moradores se colocam à espera de um retorno por parte do governo: o responsável pela gestão<sup>7</sup> do conjunto, pela manutenção<sup>8</sup> dos seus espaços e administração dos seus equipamentos (escola, lavanderia e posto de saúde). Que pouco acontece. O Conjunto Mendes de Moraes e se deixa gerenciar “às sombras”.

Se nomear é separar, Pedregulho só é Pedregulho<sup>9</sup> a partir de uma escolha (para quando olhar? Dar a luz a que momento de seu percurso?), uma separação (de que forma olhar? Utilizando quais lentes? Quais documentos?) e, assim, um esquecimento fundamental (esquecer

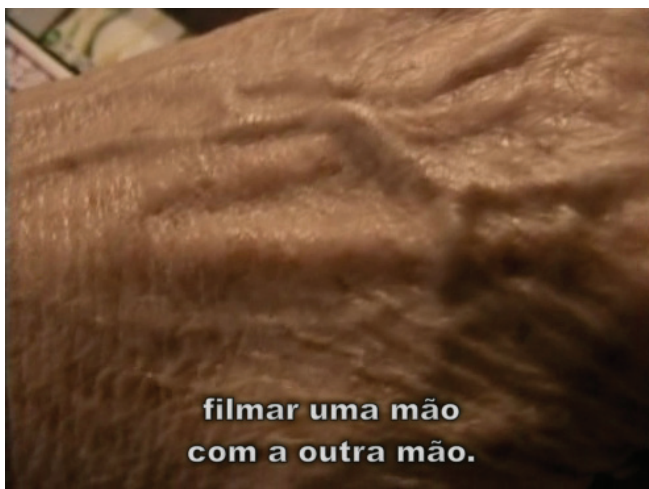
todo o restante, tudo o que não respeita esse filtro de separação). Pode-se afirmar que lembrar é esquecer. Logo, o que foi preciso esquecer para que Pedregulho fosse lembrado?

O terceiro nome, **Minhocão de São Cristóvão**, é uma expansão. Para ela acontecer, onde normalmente há pouco espaço para isso, infiltra-se; os codinomes desdobram-se. Mas, antes, multiplicam-se, para então fixar Minhocão, e focar seus espaços de habitação - quando encarna um estudo do espaço a partir de um movimento: a APROPRIAÇÃO.

### **APROPRIAÇÃO COMO INFILTRAÇÃO: trocando máscaras de arquiteta, curiosa, pesquisadora, artista e antropóloga**

A cineasta e documentarista Agnès Vardá delicadamente exhibe-se em seus vídeos. Um corpo entre o objeto da cena filmada e os espectadores, com preferências estéticas e sensibilidade poética, um corpo maduro que tem caminhos a percorrer – por isso os caminhões. Sua voz não se enche com a verdade certa, mas alcança o que suas mãos encontram.

O nome “Minhocão de São Cristóvão” é legitimizado a partir do momento em que



**filmar uma mão  
com a outra mão.**



**e filmar também outros  
vegetais que me agradem.**

o pesquisador decide se colocar em campo para pesquisa empírica. Por contaminações da postura de alguns antropólogos,<sup>10</sup> em estudos etnográficos<sup>11</sup> ou na “observação participante”<sup>12</sup> (que investem na análise e apreensão de seus objetos de pesquisa a partir de uma vivência direta e uma convivência mais dedicada no ambiente em que a investigação se insere), espera-se, com esta imersão, um olhar para o seu tempo lento e um longo período de contato.

A partir de 2002, novas movimentações passam a agitar a vida do Minhocão dentro de uma outra configuração. Foi criado o Conselho Pró-Restauração do Conjunto Residencial Mendes de Moraes<sup>13</sup> com o objetivo de conseguir apoio e patrocínio para a preservação do conjunto. Três documentários<sup>14</sup> foram produzidos a partir de fomentos do Estado à cultura. Entretanto, a iluminação é, com um tom nostálgico,<sup>15</sup> sobre Pedregulho.

Nesta dinâmica de atravessamentos, foi selecionado pelo Edital Arte e Patrimônio 2009<sup>16</sup> o projeto “Pedregulho Residência Artística”, que consiste na realização de quatro residências artísticas no conjunto, acompanhada de profissionais da área de arquitetura/urbanismo

e de críticos de arte como colaboradores, para “lançar foco para a recuperação simbólica e estrutural do edifício”.<sup>17</sup> A partir dele, fui convidada, através de Paola Jacques, para participar em parceria como arquiteta colaboradora de uma das residências.

O pesquisador, aqui, assumiu uma postura híbrida. Com o consentimento do grupo de artistas da Frente 3 de fevereiro, fez do apartamento 613 a moradia dos artistas e também a sua, durante os 20 dias da ocupação. Optou por um método de infiltração. Assumiu sua postura dúbia, tanto para ela quanto para terceiros. Trocou e destrocou suas máscaras de arquiteta, moradora, artista, pesquisadora, antropóloga, curiosa pessoa Clara Passaro que tem receios e desejos, assim como hábitos e necessidades diárias. Misturou seus hábitos matinais durante os cafés da manhã nos corredores e conversas com vizinhos com uma atenção de pesquisadora que busca devorar os sinais insistentes.

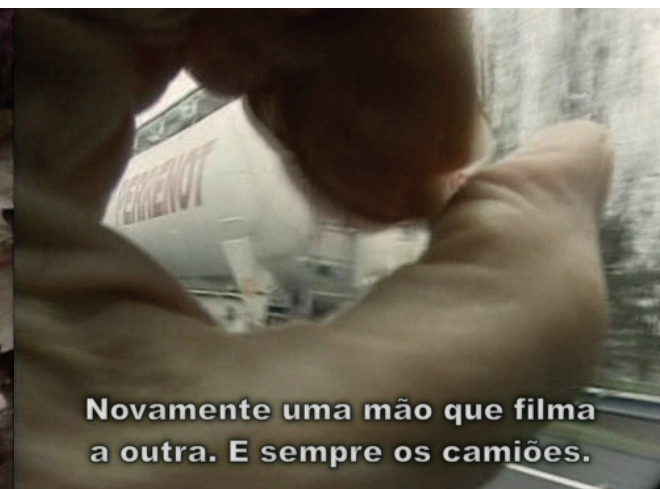
### **HABITAR COMO tomar posse/ tornar público, como (de)morar, como esquecer, como opacidade, como mofo, como arquitetura biológica**

O texto abaixo, em itálico, foi escrito em fevereiro de 2010 e consta no catálogo do projeto de residência artística.

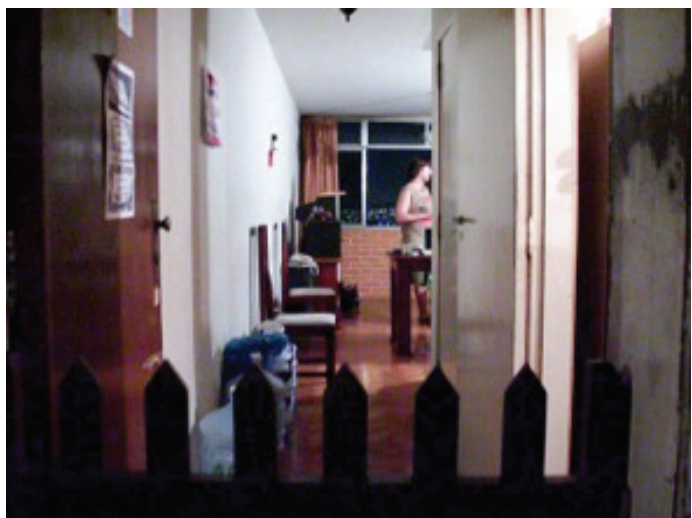
*O desejo deste texto é tratar das apropriações que os moradores fazem nos espaços do Minhocão – com o simples cuidado de não mapear fisicamente as alterações, exatamente para não congelá-las. O que interessa é a ação, o verbo “apropriar-se”: tornar próprio, tomar para si, apossar-se, adaptar.*

*Logo a pergunta: de quem é o Pedregulho?*

*Cenas do documentário de Agnès Varda “Os Catadores e Eu” (Les Glaneurs et La Glaneuse)*








*A inovação do projeto arquitetônico de Reidy – além dos aspectos formais e construtivos – foi sua gestão idealizada pela engenheira Carmen Portinho, mulher de Reidy e diretora do Departamento de Habitação Popular do então Distrito Federal. Ela propôs dar ao Estado a propriedade do Conjunto Mendes de Moraes e a responsabilidade pelo fornecimento de água, manutenção dos equipamentos e dos espaços comuns. Enquanto os moradores – servidores municipais – teriam a concessão de uso dos apartamentos: sua posse,<sup>18</sup> mas não sua propriedade. Por esse motivo, Carmen Portinho foi acusada, por muitos jornalistas, de comunista.*

*Estaria então instalada a vida moderna e acessível. Educação, saúde, esporte para todos. Como garantia de manutenção da ordem, os futuros moradores deveriam respeitar o Regulamento para o Conjunto Residencial Prefeito Mendes de Moraes, no qual é vetado colocar qualquer objeto de uso pessoal ou doméstico nas paredes externas, peitoris, galerias de acesso, gradis ou lugares de uso comum, lavar roupas nas unidades habitacionais, manter animais de estimação dentro do apartamento.*

*Passados aproximadamente cinquenta anos, o poder público foi gradualmente se afastando de suas responsabilidades. O Pedregulho, às sombras do Estado e do mercado, foi recebendo outra iluminação: a dada pelos moradores. As regras contratuais foram sendo desrespeitadas e um novo código de leis foi se criando por cima do contrato comportadamente escrito. Uma cadeira que se esquece de noite na varanda, uma plantinha na janela, um cão de estimação. Os moradores foram se dando uma liberdade com o espaço, encontrando outra concepção de “morar” mais compatível com seus desejos menos óbvios, menos captados pela macrolente dos profissionais de habitação. Regras invisíveis, leis de convivialidade. Um “bem-estar” comedido, codificado, consensual foi dando espaço a um “estar bem” com esta situação que foge de um conceito de beleza universal de organização e limpeza visual, na direção de uma beleza tímida, individualizada, minuciosa, descompromissada, ativa (criativa).*

*Finalmente, “apropriar-se” como participação e não como propriedade.*

*Deve ser pensada com muita delicadeza, portanto, qualquer intervenção no “Minhocão de São Cristóvão”. Um projeto de restauro<sup>19</sup> é simplista e desrespeitoso com questões históricas se não abarcar a questão da gestão e propriedade estatal. Assim como um projeto de reforma que se inicie com a regularização fundiária (conceber a propriedade dos apartamentos) resultará num processo de gentrificação e expulsão dos atuais moradores – ironicamente, dentro do projeto moderno mais conhecido de inserção social.*

Uma última visita ao conjunto em agosto de 2011 já o encontrou em obras<sup>20</sup> e Mariana Baptista, moradora do 612, explica: “agora teremos um valor mensal para o condomínio, a companhia de gás já está cobrando mensalmente pelo gás encanado... é pouco, mas nem todo mundo pode, quem mora na quitinete fica 4 meses com o mesmo botijão”. Esta pesquisa jamais dará conta de resgatar o Minhocão e a vida mofo criativo<sup>21</sup> que o envolveu em tantos anos de opacidade. Não se prende a isso. Mas joga para o alto esta arquitetura da vida.<sup>22</sup> A quem pegar. 

## Notas

<sup>1</sup> Dissertação de mestrado defendida no PPG Arquitetura e Urbanismo UFBA. Banca: Ana Fernandes, Cibele Risek, Paola Berenstein Jacques (orientadora).

<sup>2</sup> A proposta de multiplicar os nomes de um único objeto de estudos é uma apropriação da leitura da tese de doutorado de Drummond (2009) sobre a escrita historiográfica através de Benjamin (1994a), principalmente no seu texto “Sobre o conceito de História”, Foucault (2008) em “Nietzsche, a genealogia e a história” Michel de Certeau (2010). Questiona-se o estudo de um objeto através da identificação com sua “origem” e, a partir desta, desvendar uma identidade única e universal.

<sup>3</sup> Nesta pesquisa, cada capítulo da dissertação final desenvolveu um nome: Pedregulho, CRPMM e Minhocão de São Cristóvão.

<sup>4</sup> O prefeito Ângelo Mendes de Moraes Investiu o equivalente a 22 milhões de reais na construção de CRPMM, 44% dos gastos realizados para construção. (COSTA, 2004, p. 90)

<sup>5</sup> O Departamento de Habitação Popular (DHP) foi um órgão dentro da Secretaria de Viação e Obras da Prefeitura do Distrito Federal, na época era o Rio de Janeiro.

<sup>6</sup> CRPMM vai receber investimentos de um Estado descrente na construção do homem-novo e bastante dedicado à grande produção de unidades residenciais (sejam conjuntos unifamiliares ou multifamiliares) e na distribuição das “chaves” (uma forma de propaganda eleitoral era dar unidades residenciais para seus simpatizantes políticos). Ficou conhecida como a “Era da Massificação”, caracterizada por uma atuação da COHAB de produção habitacional de menor qualidade, todavia em larga escala.

<sup>7</sup> O órgão do governo responsável pela gestão dos conjuntos habitacionais construídos pelo DHP foi a Fundação Leão XIII, até 1978, quando passou para a CEHAB.

<sup>8</sup> Através do Montepio dos Empregados do Estado da Guanabara, o Estado seria responsável pela manutenção e conservação dos espaços de uso comum.

<sup>9</sup> O conjunto é identificado por este nome por arquitetos e historiadores, estudantes de arquitetura, turistas.

<sup>10</sup> A exemplo de Carlos Nelson Ferreira dos Santos (1981, 1985).

<sup>11</sup> Alguns etnógrafos exploram a sua condição de “estrangeiro” e desconhecedor de um saber local e único.

<sup>12</sup> Licia Valladares (2007) conceitua “dez mandamentos da observação participante”, através da leitura de William Foote Whyte (seu livro *Street corner society*, escrito em 1930).

<sup>13</sup> O conselho é formado pela CEHAB (Companhia Estadual de Habitação), IPHAN (órgão federal), INEPAC (órgão estadual), DGPC (Documento Geral de Patrimônio Cultural), SPU (Secretaria de Patrimônio da União), Fundação Leão XIII, o grupo AMA Pedregulho e o arquiteto Alfredo Britto.

<sup>14</sup> “Lembranças do Futuro”, de Ana Maria Magalhães e Pedregulho, O Sonho é Possível”, de Ivana Mendes.

<sup>15</sup> Para Henri Pierre Jeudy (2005), esse excesso de conservação, esse poder infernal das raízes pode anular a vida presente, destituindo-a de seus encantos, de como a excessiva exibição patrimonial imobiliza a própria nostalgia e anula a aventura da transmissão.

<sup>16</sup> O Edital Arte e Patrimônio teve sua primeira edição lançada em 2007 no programa Brasil Arte Contemporânea do Ministério da Cultura em conjunto com o IPHAN, por meio do Paço Imperial, com patrocínio da Petrobras.

<sup>17</sup> Trecho do projeto que foi selecionado pelo Edital.

<sup>18</sup> Diferente do aluguel, o pagamento seria uma porcentagem do salário descontada na folha de pagamento.

<sup>19</sup> O Conjunto Habitacional Prefeito Mendes de Moraes é tombado pela Secretaria de Patrimônio do Município do Rio de Janeiro (Sedrepah) e é tema de um processo em tramitação no Iphan.

<sup>20</sup> A obra foi dividida em duas etapas: a primeira é financiada pela Secretaria de Habitação do Estado e consiste em obras estruturais (reforma do telhado, conserto das infiltrações, instalações elétricas e hidráulicas) e a segunda será obras de restauro. A regularização fundiária só irá acontecer depois da reforma, pois não se justificarão os investimentos do Estado para uma obra privada.

<sup>21</sup> Ver "Manifesto do Mofo contra o racionalismo na arquitetura", escrito por Hundertwasser.

<sup>22</sup> Arquitetura biológica é uma das criações artísticas de Lygia Clark.

BRUAND, Yves. *Arquitetura contemporânea no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 1997.

CERTEAU, Michel de. *Invenção do Cotidiano*. Artes e Fazer. Petrópolis: Editora Vozes, 2008.

COSTA, Marcos de Oliveira. 2004. *O Departamento de Habitação Popular: política e habitação entre 1946 e 1962*. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

HUNDERTWASSER, Friedensreich. O Manifesto do Mofo. In: *Hundertwasser Architecture*, Londres: Taschen, 1997.

JEUDY, Henri-Pierre. *Espelho das cidades*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005.

SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos. *Quando a rua vira casa: apropriação de espaços de uso coletivo em um centro de bairro*. São Paulo: Projeto, 1985.

VALLADARES, Licia. Os dez mandamentos da observação participante. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* v. 22, n. 63. São Paulo, fev.2007.

MINHOCÃO. THE BIG WORM. Direção: Raphael Grisay. Financiada por CAPACETE e pelo Consulado Francês. Video. Rio de Janeiro, 2011. (21 min.)

